



Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário - Área Administrativa
Especialidade Contabilidade

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'T30', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém as propostas e o espaço para o rascunho dos Estudos de Caso.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E).
- Ler o que se pede na Prova de Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova de Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever a Prova de Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no Caderno de Resposta Definitiva.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: Leia a notícia que segue para responder à questão de número 1.

A Universidade Jiujiang, da província chinesa de Jiangxi, realizou a primeira aula dada por uma professora robô do país.

Xiaomei, como é chamada a professora robô, organizou sua primeira aula em uma apresentação de PowerPoint* e, enquanto ensinava a lição, gesticulava com seus braços articulados e se deslocava pela sala.

A robô, projetada por uma equipe de pesquisa da universidade, é capaz não só de ensinar as lições para as quais foi programada, mas também de estabelecer interações simples com os estudantes que formam sua audiência.

(Disponível em: <http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/universidade-chinesa-realiza-1a-aula-ministrada-por-um-roboto>. Acesso em: 04.06.2015)

* PowerPoint: programa de computador que permite a criação de materiais que podem ser apresentados por meio de um projetor.

1. O assunto central da notícia diz respeito ao fato de ter sido a primeira vez que
- (A) os chineses aprimoram seus robôs, com o acréscimo de programas de computador a uma professora robô, possibilitando-lhe travar diálogos complexos com humanos.
 - (B) pesquisadores chineses programam um robô capaz de se deslocar e efetuar interações simples com o meio, como demonstrado na sala de aula da Universidade Jiujiang.
 - (C) as aulas da Universidade Jiujiang, da província chinesa de Jiangxi, passam a ser integralmente dadas por um robô, que explica o conteúdo com o uso de PowerPoint.
 - (D) pesquisadores chineses obtêm sucesso na criação de um robô articulado, o qual foi apresentado ao público durante uma aula dada por uma professora-robô.
 - (E) uma aula é ministrada na China por uma professora robô, capaz de ensinar, movimentar-se e interagir, ainda que de maneira simples, com seus alunos.

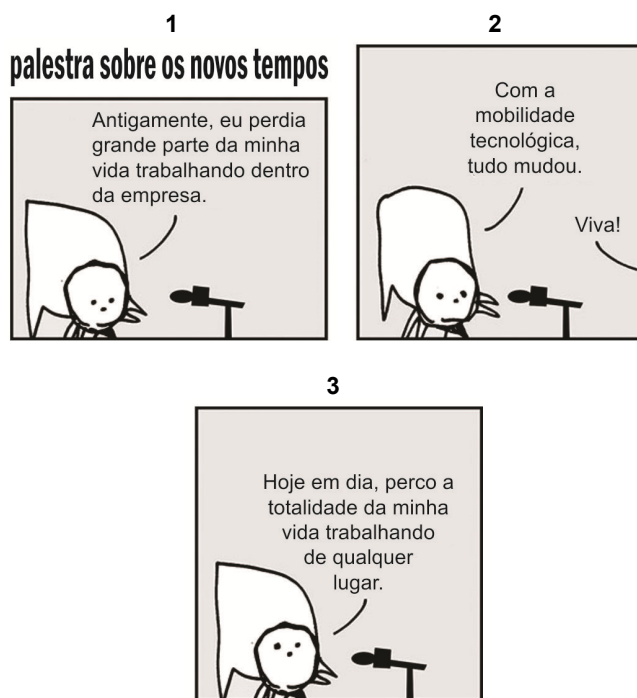
2. A frase escrita corretamente, no que se refere ao emprego dos sinais de pontuação, é:

- (A) A aula de Xiaomei a professora robô, foi organizada a partir de um programa de computador chamado PowerPoint e apresentada, aos alunos da Universidade Jiujiang.
- (B) A Universidade Jiujiang fica na província chinesa de Jiangxi; e foi lá que ocorreu a aula dada por uma professora robô, Xiaomei.
- (C) Xiaomei a professora-robô, gesticulava com seus braços articulados e se deslocava pela sala. Enquanto ensinava a lição.
- (D) Projetada por uma equipe de pesquisa da universidade; a robô Xiaomei é capaz de ensinar as lições para as quais foi programada, além de deslocar-se pela sala.
- (E) A robô (Xiaomei) é capaz também, de estabelecer interações simples com os estudantes que formam sua audiência.

3. Está redigida corretamente, quanto à ortografia e à acentuação gráfica, a frase:

- (A) A louza tradicional foi substituída por uma exposição em PowerPoint na aula que teve como expectadores uma equipe de insígnies cientistas chineses.
- (B) O intuito da aula de Xiaomei consistiu em exibir as habilidades da robô, que, além de dispor de um notável repertório de informações, traz funções de interação.
- (C) O evento ocorrido na Universidade Jiujiang deve suscitar não apenas a curiosidade dos sinólogos, estudiosos da cultura chinesa, mas do público de um modo geral.
- (D) Xiaomei concluiu sua aula de maneira exitosa e os cientistas julgaram que a robô não teve um mal desempenho, embora ainda existam alguns ítems a ser aprimorados.
- (E) O juri de cientistas que examinaram a atuação de Xiaomei era restrito, mas, graças às redes sociais, a notícia da robô se estendeu rapidamente pelo mundo todo.

Atenção: A questão de número 4 refere-se à tira abaixo.



(André Dahmer, Folha de S.Paulo, 31.12.2014)

4. É correto afirmar que o efeito cômico da tira está associado à

- (A) quebra da expectativa que a fala do palestrante no último quadrinho produz com relação ao que ele afirma anteriormente.
- (B) descrição do modo como o trabalho dentro da empresa foi sendo paulatinamente otimizado com a contribuição da mobilidade tecnológica.
- (C) ausência de expressões temporais, o que faz com que a fala do palestrante adquira um tom de provérbio, equivalendo a uma verdade universal.
- (D) maneira pessimista com que o progresso tecnológico é representado, como se este tivesse tornado as pessoas mais ociosas.
- (E) sugestão, na fala do palestrante, de que a mobilidade tecnológica não alterou o comportamento das pessoas com relação ao trabalho.



5. Há ocorrência de verbos na voz passiva na seguinte frase:
- (A) Antigamente, os empregadores solicitavam aos funcionários que se empenhassem em concluir suas tarefas dentro da empresa.
- (B) Antigamente, os trabalhadores detinham-se em suas tarefas em um horário fixo e só deveriam operar dentro da empresa.
- (C) Antigamente, os trabalhadores dedicavam-se às suas tarefas somente enquanto estavam dentro da empresa, e não fora dela.
- (D) Antigamente, perdiam-se horas dentro da empresa, visto que o trabalho não podia ser feito em outro ambiente.
- (E) Antigamente, operar fora da empresa era incomum e os trabalhadores orgulhavam-se de concluir seu trabalho em um horário fixo.

Atenção: As questões de números 6 a 8 referem-se à entrevista que segue.

Zygmunt Bauman: “Vivemos o fim do futuro”

Em 1963, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman foi censurado e afastado da Universidade de Varsóvia por causa de suas ideias, tidas como subversivas no comunismo. Hoje, aos 88 anos, é considerado um dos pensadores mais eminentes do declínio da civilização. Nesta entrevista, ele fala sobre como a vida mudou nos últimos 20 anos.

ÉPOCA – De acordo com sua análise, as pessoas vivem um senso de desorientação. Perdemos a fé em nós mesmos?

Zygmunt Bauman – Durante toda a era moderna, nossos ancestrais viveram voltados para o futuro. Eles avaliavam a virtude de suas realizações pelo modelo da sociedade que queriam estabelecer. A visão do futuro guiava o presente. Nossos contemporâneos vivem sem esse futuro. Estamos mais descuidados, ignorantes e negligentes quanto ao que virá.

ÉPOCA – Os jovens podem mudar e salvar o mundo? Ou nem os jovens podem fazer algo para alterar a história?

Bauman – Sou tudo, menos desesperançoso. Confio que os jovens possam consertar o estrago que os mais velhos fizeram. Mas, para isso, precisam recuperar a consciência da responsabilidade compartilhada para o futuro do planeta e seus habitantes. Também precisam trocar o mundo virtual pelo real.

(Adaptado de: GIRON, Luís Antônio. In: **Época**. São Paulo, Globo, 19.02.2014)

6. Zygmunt Bauman expressa a opinião de que
- (A) o declínio da sociedade atual é resultado da postura negligente que os jovens têm com relação ao fortalecimento de ideias comunistas.
- (B) o futuro do planeta depende de um diálogo mais saudável entre os jovens e os mais velhos, o qual não deve prescindir da interação virtual.
- (C) os jovens poderão alterar positivamente o curso da história, com a condição de passarem a se dedicar às relações da vida real.
- (D) o planeta e seus habitantes estão ameaçados, pois não há como esperar que os jovens desenvolvam uma postura responsável quanto ao seu futuro.
- (E) os jovens têm se mostrado tão negligentes com o futuro quanto seus ancestrais, e isso fará recrudescer o declínio da civilização.

7. Considere a seguinte passagem do texto:

... nossos ancestrais viveram voltados para o futuro. Eles avaliavam a virtude de suas realizações pelo modelo da sociedade que queriam estabelecer. A visão do futuro guiava o presente.

Essa passagem está corretamente reescrita, preservando-se o sentido e as relações sintáticas e coesivas, em:

- (A) ... nossos ancestrais viveram voltados para o futuro, ao avaliar a virtude de suas realizações pelo modelo da sociedade que queriam estabelecer. Caso a visão do futuro guiasse o presente.
- (B) ... nossos ancestrais viveram voltados para o futuro, à medida que avaliavam a virtude de suas realizações pelo modelo da sociedade que queriam estabelecer. Contudo, a visão do futuro guiava o presente.
- (C) ... nossos ancestrais viveram voltados para o futuro, avaliando a virtude de suas realizações pelo modelo da sociedade que queriam estabelecer. Assim, a visão do futuro guiava o presente.
- (D) ... nossos ancestrais viveram voltados para o futuro, ao passo que avaliavam a virtude de suas realizações pelo modelo da sociedade que queriam estabelecer. Sendo que a visão do futuro guiava o presente.
- (E) ... nossos ancestrais viveram voltados para o futuro, ainda que avaliassem a virtude de suas realizações pelo modelo da sociedade que queriam estabelecer. Portanto, a visão do futuro guiava o presente.

8. **Bauman** – Sou tudo, menos desesperançoso. Confio que os jovens possam consertar o estrago que os mais velhos fizeram.

Essa passagem está adaptada a um artigo científico, escrito na terceira pessoa, em linguagem correta, culta e formal, em:

- (A) Bauman não julga-se desesperançoso. Demonstra confiança de que será reparado pelos mais jovens as faltas dos mais velhos.
- (B) Bauman não acha que ele é desesperançoso. É confiante que os jovens podem dar um jeito no estrago que os mais velhos deixaram.
- (C) Bauman não vê-se como desesperançoso. Está confiante de que os jovens encontram-se aptos à corrigir os equívocos dos mais velhos.
- (D) Bauman não se diz desesperançoso. Confia no poder que os jovens tem pra retificar os erros dos mais velhos.
- (E) Bauman não se considera desesperançoso. Tem confiança na capacidade de os jovens repararem os danos provocados pelos mais velhos.



Atenção: As questões de números 9 e 10 referem-se à crônica que segue.

Céu da Boca

Uma das sedes da nostalgia da infância, e das mais profundas, é o céu da boca.

A memória do paladar recompõe com precisão instantânea, através daquilo que comemos quando meninos, o menino que fomos. O cronista, se fosse escrever um livro de memórias, daria nele a maior importância à mesa de família, na cidade de interior onde nasceu e passou a meninice. A mesa funcionaria como personagem ativa, pessoa da casa, dotada do poder de reunir todas as outras, e também de separá-las, pelo jogo de preferências e idiossincrasias do paladar – que digo? da alma, pois é no fundo da alma que devemos pesquisar o mistério de nossas inclinações culinárias.

A mesa mineira era grande, inteiriça e de madeira clara. À esquerda e à direita, estiravam-se dois bancos compridos, em que irmãos e parentes em visita se sentavam por critério hierárquico. À cabeceira, na cadeira de jacarandá e palhinha, o pai presidia.

A comida, imune a influências no meio ilhado entre montanhas, era simples, simples a lembrança que deixou; e quem dela se nutriu quase sempre torce o nariz aos requintes, excentricidades ou meras variedades culinárias de outras terras.

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond de. **A bolsa e a vida**. São Paulo, Companhia das Letras, 2012, p. 91-92.)

9. Para o autor,

- (A) a memória do paladar está relacionada a reminiscências de quem fomos na infância e de relações de afeto com nossos familiares.
- (B) nossas preferências culinárias vêm do fundo da alma e, portanto, permanecem imunes à influência do meio em que somos criados.
- (C) os hábitos alimentares adquiridos ao longo da vida adulta alteram a lembrança do contexto em que vivemos na nossa infância.
- (D) a memória do paladar da infância é despertada ao se apreciar uma refeição idêntica àquela do passado e não uma outra refeição, diferente.
- (E) nossas inclinações culinárias vão se sofisticando ao longo dos anos, sendo que pratos simples tendem a ser preteridos por requintados.

10. Uma característica do gênero crônica verificável no texto é:

- (A) a linguagem rigorosamente formal e impessoal.
- (B) o relato objetivo e imparcial de um evento do passado.
- (C) o discurso reivindicatório, expresso por verbos no imperativo.
- (D) a reflexão a partir de uma experiência cotidiana.
- (E) a argumentação pautada na recorrência de perguntas retóricas.

11. Está redigida com correção e clareza a frase:

- (A) Alguns alimentos vinculam-se à infância de certas pessoas de uma maneira tão surpreendente que as transportam, de imediato, ao passado.
- (B) A cabeceira da mesa era aonde se sentava o pai, enquanto irmãos e demais parentes ocupavam os lugares nas laterais, que os eram designados segundo um critério hierárquico.
- (C) O cronista disposto de escrever um livro de memórias deve rememorar sobre os hábitos alimentares da família, dando-os um papel de destaque em seu texto.
- (D) Nas famílias brasileiras, um gesto de que se pretende demonstrar respeito ou afeto a algum familiar é reservá-lo um lugar especial à mesa.
- (E) Em sua crônica “O céu da boca”, Drummond faz alusão de alguns alimentos que lhe remetem ao tempo em que era menino em Minas Gerais.

12. A frase escrita com clareza e atendendo às normas de concordância da norma-padrão é:

- (A) Algumas pessoas detém uma capacidade para memorizar sabores e texturas maior que a média, as quais passam a ser usadas como ferramentas de trabalho.
- (B) Podem haver muitas explicações científicas para o funcionamento da memória, mas ainda assim suas causas profundas continuam um mistério para os poetas.
- (C) Considerada, pelos poetas, uma ponte entre o corpo e a alma, a memória do paladar é responsável por compor o conjunto de traços que nos liga às nossas origens.
- (D) Quando alguns alimentos se enchem de significado afetivo, tornam-se catalisadores de recordações; por isso, voltar ao passado ao prová-los serão inevitáveis.
- (E) O paladar, tanto quanto o olfato para alguns, podem evocar experiências agradáveis, mas também traumas que se julgava resolvido.



Atenção: As questões de números 13 e 14 referem-se à crônica que segue.

Dona Doida

Uma vez, quando eu era menina, choveu grosso,
com trovoadas e clarões, exatamente como chove agora.
Quando se pôde abrir as janelas,
as poças tremiam com os últimos pingos.
Minha mãe, como quem sabe que vai escrever um poema,
decidiu inspirada: chuchu novinho, angu, molho de ovos.
Fui buscar os chuchus e estou voltando agora,
trinta anos depois. Não encontrei minha mãe.
A mulher que me abriu a porta, riu de dona tão velha,
com sombrinha infantil e coxas à mostra.
Meus filhos me repudiaram envergonhados,
meu marido ficou triste até a morte,
eu fiquei doida no encaixo.
Só melhoro quando chove.

(PRADO, Adélia. **Poesia Reunida**. São Paulo, Siciliano, 1991, p. 108)

13. No contexto do poema,
- (A) as *janelas* representam uma maneira de esquecer o passado, simbolizando um presente sem sofrimento.
 - (B) a *chuva* representa uma espécie de vínculo, simbólico e sensorial, entre a enunciadora e sua mãe.
 - (C) os *chuchus* representam a infância sofrida da enunciadora, que não recebia a atenção de sua mãe.
 - (D) a *sombrinha* representa a impossibilidade de se reter na memória uma experiência vivida na infância.
 - (E) as *coxas à mostra* da enunciadora representam o tempo que não passou, nem para ela nem para seus filhos e marido.
-
14. Na construção do poema, predomina o tipo
- (A) dissertativo, sinalizado por pronomes possessivos, como *minha* e *meu*.
 - (B) descritivo, sinalizado por advérbios como *exatamente* e *Só*.
 - (C) descritivo, sinalizado por verbos como *choveu* e *repudiaram*.
 - (D) dissertativo, sinalizado por advérbios, como *quando* e *depois*.
 - (E) narrativo, sinalizado por advérbios como *agora* e *quando*.
-
15. A frase redigida com clareza e correção, conforme a norma-padrão, é:
- (A) Trinta anos sobrevierão, até que a mulher trouxesse os chuchus, mas então sua mãe já não estaria esperando por ela.
 - (B) Quando chovesse intensamente, com relâmpagos e trovões, por isso mantinham-se as janelas fechadas até que a chuva abrandava.
 - (C) Depois da chuva arrefecer, a mãe solicitou à filha que fora comprar chuchus para a refeição que decidiria preparar.
 - (D) Mesmo após tantos anos, a mulher ainda ansiava por comer a comida que sua mãe preparara em um dia de chuva.
 - (E) Os filhos da mulher não puderam entender o que havia se passado com ela, embora seu marido se mostrou mais compreensivo.

**Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**

Atenção: Responda às questões de números 16 a 20 de acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

16. A posse dos Desembargadores ocorre perante o Tribunal Pleno. Todavia, se requerido pelo interessado, com posterior referendo do Tribunal Pleno, a posse poderá ser dada
- (A) por outro Desembargador.
 - (B) pelo Órgão Especial.
 - (C) pelo Corregedor.
 - (D) pelo Presidente do Tribunal.
 - (E) pelo Presidente de Turma.
-
17. Os Desembargadores são vitalícios e inamovíveis. Quanto aos Juizes do Trabalho, é correto afirmar que são vitalícios
- (A) após dois anos de exercício e inamovíveis a partir da sua promoção a Juiz Titular da Vara do Trabalho.
 - (B) e inamovíveis após a entrada em exercício.
 - (C) e inamovíveis após o estágio probatório.
 - (D) após a posse e inamovíveis após dois anos de exercício .
 - (E) e inamovíveis após a posse.
-
18. Para apurar e determinar a permanência do Juiz nos limites da jurisdição da respectiva Vara ou na região metropolitana em que está sediado o órgão, é competente o
- (A) Desembargador.
 - (B) Corregedor.
 - (C) Presidente.
 - (D) Tribunal Pleno.
 - (E) Órgão Especial.
-
19. Considere os seguintes tipos de processo:
- I. Embargos de declaração.
 - II. *Habeas corpus*.
 - III. Arguição de impedimento.
 - IV. Arguição de suspeição.
- Desses casos, independem de inclusão em pauta o que consta em
- (A) I, II e IV, apenas.
 - (B) II, III e IV, apenas.
 - (C) I, III e IV, apenas.
 - (D) III e IV, apenas.
 - (E) I, II, III e IV.
-
20. Uma autoridade do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região teve ciência de irregularidade praticada por um servidor do Tribunal a ele subordinado. Instaurado processo administrativo disciplinar, foi verificado que a irregularidade cometida está sujeita à pena de demissão. Nesse caso, é competente para a aplicação dessa penalidade
- (A) a autoridade que primeiro tomou ciência da irregularidade.
 - (B) o Tribunal Pleno.
 - (C) o Órgão Especial.
 - (D) o Presidente do Tribunal.
 - (E) o Corregedor.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Contabilidade Geral**

21. Em uma empresa comercial, um fato contábil que gera um aumento no saldo do ativo total é

- (A) o recebimento de clientes por venda realizada a prazo.
- (B) a aquisição de mercadorias à vista.
- (C) a obtenção de um empréstimo bancário.
- (D) a constituição de reserva legal.
- (E) o pagamento de dividendos.

22. São contas do Ativo:

- (A) Tributos Diferidos e Tributos a Recolher.
- (B) Clientes e Custos dos Serviços Prestados.
- (C) Adiantamento a Fornecedores e Depreciação Acumulada.
- (D) Seguros Pagos Antecipadamente e Provisão Trabalhista.
- (E) Receita de Equivalência Patrimonial e Participações em Controladas.

23. Considere os dados extraídos do Sistema de Informação Contábil da Comercial Agix S.A, referentes ao mês de abril de 2015:

Receita Bruta de Vendas:	R\$ 120.000,00
Comissões sobre Vendas:	R\$ 3.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas:	R\$ 47.000,00
Descontos Financeiros Concedidos:	R\$ 1.500,00
Tributos sobre Vendas:	R\$ 14.000,00
Abatimentos sobre Vendas:	R\$ 1.000,00

Com base nestas informações, o lucro bruto de abril de 2015 foi, em reais,

- (A) 59.000,00
- (B) 56.500,00
- (C) 72.000,00
- (D) 55.000,00
- (E) 58.000,00

24. A Cia. Belas Artes adquiriu, em 31/12/2013, 70% das ações da Cia. Astor por R\$ 9.000.000,00 à vista, passando a deter o controle da empresa adquirida. Na data da aquisição, o Patrimônio Líquido da Cia. Astor era R\$ 10.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis desta empresa era R\$ 12.000.000,00. Sendo assim, no Balanço individual da Cia. Belas Artes, o investimento na Cia. Astor, na data da aquisição, deve ser reconhecido por, em reais,

- (A) 9.000.000,00
- (B) 8.400.000,00
- (C) 12.000.000,00
- (D) 10.000.000,00
- (E) 7.000.000,00



25. A empresa Floral produz um tipo de ladrilho adesivo, cujas informações referentes ao mês de dezembro de 2014 são apresentadas a seguir:

ITENS	Ladrilho
Quantidade produzida	30.000
Quantidade vendida	24.000
Custo variável (por unidade)	R\$ 5,00
Despesa variável (por unidade)	R\$ 0,50
Preço Líquido de Vendas (por unidade)	R\$ 12,50

No início do mês de dezembro de 2014, não havia estoques iniciais de produtos acabados e em elaboração e, no final do referido mês, não havia estoques de produtos em elaboração. No mês de dezembro de 2014, os custos fixos foram R\$ 66.000,00 e as despesas fixas R\$ 18.000,00.

Com base nestas informações, a margem de contribuição total do mês de dezembro de 2014 da empresa Floral foi, em reais,

- (A) 180.000,00
(B) 210.000,00
(C) 127.200,00
(D) 168.000,00
(E) 84.000,00
26. Considere as informações extraídas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício da empresa Horizonte, empresa comercial, referentes ao exercício de X2:

Cia. Horizonte
Balanço Patrimonial – Exercício Findo em 31/12/X2 – Em R\$ (mil)

ATIVO	31/12/X1	31/12/X2	PASSIVO	31/12/X1	31/12/X2
Circulante			Circulante		
Disponível	35.000,00	30.000,00	Fornecedores	100.000,00	87.500,00
Clientes	110.000,00	140.000,00	Salários a Pagar	27.500,00	32.500,00
Estoques	75.000,00	55.000,00			
Total do Circulante	220.000,00	225.000,00	Total do Circulante	127.500,00	120.000,00

Cia. Horizonte
Demonstração do Resultado do Exercício de X2 – Em R\$ (mil)

Receita Bruta de Vendas	900.000,00
Impostos sobre Vendas	(223.000,00)
Receita Líquida de Vendas	677.000,00
CMV	(340.000,00)
Lucro Bruto	337.000,00

Com base nestas informações, o valor recebido de clientes em X2 foi, em milhares de reais,

- (A) 870.000,00
(B) 930.000,00
(C) 900.000,00
(D) 875.000,00
(E) 547.000,00
27. A parcela da riqueza obtida por uma empresa destinada à remuneração de Capitais de Terceiros em um determinado período é evidenciada na Demonstração
- (A) dos Fluxos de Caixa.
(B) do Valor Adicionado.
(C) de Lucros ou Prejuízos Acumulados.
(D) do Resultado do Exercício.
(E) das Mutações do Patrimônio Líquido.

28. Um princípio ético que deve ser cumprido pelo contador, conforme NBC PG 100, e um princípio de contabilidade, de acordo com a Resolução CFC nº 750/1993, são, respectivamente,

- (A) entidade e oportunidade.
(B) objetividade e competência.
(C) continuidade e integridade.
(D) prudência e oportunidade.
(E) comportamento profissional e integridade.

**Noções de Contabilidade Pública**

29. Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações. Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a classificação do patrimônio público, sob o enfoque contábil, está estruturado nos seguintes grupos:
- (A) ativos, passivos e patrimônio líquido.
 - (B) bens móveis, imóveis e obrigações a pagar.
 - (C) ativos, passivos e demonstração das variações patrimoniais.
 - (D) subsistemas orçamentário, financeiro e patrimonial.
 - (E) ativos e passivos não circulantes e saldo patrimonial.

Atenção: Para responder às questões de números 30 a 32, considere as seguintes transações realizadas no exercício de 2014 (valores em reais):

– empenho de despesa com serviços de manutenção de bens imóveis.....	110,00
– recebimento de doação, em dinheiro, para o ente realizar despesas com serviços de conservação de duas escolas públicas.....	190,00
– recebimento de multas de trânsito.....	150,00
– depreciação de bens móveis.....	50,00
– recebimento de depósito em caução de empresa para participar em licitação.....	80,00
– empenho de despesa com aquisição de dois terrenos.....	450,00
– recebimento, em doação, de dez computadores.....	200,00
– recebimento de impostos e taxas diversas.....	350,00
– empenho de despesa com aquisição de material de almoxarifado.....	160,00
– recebimento de impostos inscritos em dívida ativa.....	230,00

Nota: Todas as despesas orçamentárias empenhadas foram pagas.

30. As receitas orçamentárias recebidas totalizam, em reais,

- (A) 1.120,00
- (B) 730,00
- (C) 920,00
- (D) 1.000,00
- (E) 770,00

31. O montante das despesas orçamentárias realizadas somam, em reais,

- (A) 770,00
- (B) 720,00
- (C) 270,00
- (D) 560,00
- (E) 910,00

32. O Balanço Orçamentário apresentou um superávit de, em reais,

- (A) 200,00
- (B) 400,00
- (C) 280,00
- (D) 170,00
- (E) 90,00

33. Os itens da discriminação da receita serão identificados por números de código decimal e convencionou-se denominar este código de natureza de receita. Assim, no que tange à classificação da receita orçamentária, o código "1300.00.00" identifica a

- (A) categoria econômica e a espécie da receita orçamentária.
- (B) origem e a espécie da receita orçamentária.
- (C) categoria econômica e a rubrica da receita orçamentária.
- (D) receita corrente e a receita de capital.
- (E) categoria econômica e a origem da receita orçamentária.



34. Entre outras operações, classificam-se como ingressos extraorçamentários:
- (A) os pagamentos de restos a pagar.
 - (B) os recebimentos, no exercício financeiro, de aluguéis vencidos no exercício anterior.
 - (C) o recebimento de juros e as multas sobre impostos pagos com atraso.
 - (D) as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.
 - (E) as devoluções de depósitos de caução.
-
35. Um Hospital Público Estadual adquiriu à vista, no mês de maio de 2015, duas ambulâncias pelo valor de R\$ 170.000,00. Sob o aspecto patrimonial, a referida transação refere-se a uma
- (A) variação patrimonial quantitativa.
 - (B) despesa de capital.
 - (C) inversão financeira.
 - (D) variação patrimonial qualitativa.
 - (E) variação patrimonial modificativa.
-
36. Nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, a execução da despesa orçamentária se dá nos seguintes estágios:
- (A) empenho, pagamento e inscrição em restos a pagar.
 - (B) autorização, empenho e pagamento.
 - (C) licitação, empenho e contabilização.
 - (D) empenho, liquidação e pagamento.
 - (E) licitação, empenho e pagamento.
-
37. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público está estruturado de acordo com as seguintes naturezas de informações contábeis:
- (A) balanço orçamentário, financeiro e patrimonial.
 - (B) orçamentária, financeira, patrimonial e de compensação.
 - (C) contas do ativo, passivo e de resultado.
 - (D) orçamentária, extraorçamentária e independente da execução orçamentária.
 - (E) orçamentária, patrimonial e de controle.
-
38. Os valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis devem ser classificados, no Balanço Patrimonial, como
- (A) passivo não circulante.
 - (B) ativo circulante.
 - (C) passivo circulante.
 - (D) realizáveis a curto prazo.
 - (E) exigíveis a longo prazo.

Atenção: Para responder às questões de números 39 e 40, considere o saldo do ativo imobilizado do balancete patrimonial em 31/05/2015, no valor de R\$ 1.810.000,00 e as seguintes transações realizadas durante o mês junho de 2015, por uma autarquia pública (valores em reais):

– aquisição de dois veículos pelo valor total de.....	90.000,00
– serviços de funilaria e pintura em veículos	20.000,00
– doação de um imóvel ao município de Águas Barrentas	200.000,00
– aquisição de 10 computadores	30.000,00
– alienação de bens imóveis pelo valor contabilizado	150.000,00
– aquisição de 24 pneus para os veículos da frota da entidade	10.000,00
– recebimento, em doação, de dois aparelhos de tomografia	70.000,00

39. Considerando as transações realizadas, o saldo do ativo imobilizado do balancete patrimonial, em 30/06/2015, totaliza, em reais,
- (A) 1.670.000,00
 - (B) 1.650.000,00
 - (C) 1.680.000,00
 - (D) 1.580.000,00
 - (E) 1.660.000,00
-
40. O montante das despesas de capital realizadas, no mês de junho de 2015, soma, em reais,
- (A) 120.000,00
 - (B) 140.000,00
 - (C) 130.000,00
 - (D) 90.000,00
 - (E) 190.000,00



41. Determinado ente da federação, na primeira quinzena do mês de junho de 2015, arrecadou receitas orçamentárias, no valor de R\$ 3.850.000,00. Sob o aspecto orçamentário, o registro da arrecadação da receita durante a execução do orçamento, debita e credita os seguintes títulos de contas:
- (A) **debita:** receita a arrecadar e **credita:** receita arrecadada.
 - (B) **debita:** receita a realizar e **credita:** receita realizada.
 - (C) **debita:** caixa e equivalente de caixa e **credita:** receita arrecadada.
 - (D) **debita:** previsão inicial da receita e **credita:** receita realizada.
 - (E) **debita:** créditos a receber e **credita:** receita realizada.
-
42. Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, NÃO é considerada no somatório da Receita Corrente Líquida:
- (A) o rendimento de aplicações financeiras.
 - (B) a arrecadação de contribuição de melhoria.
 - (C) a taxa de aprovação do projeto de construção civil.
 - (D) o serviço de venda de editais.
 - (E) a alienação de bens imóveis.
-
43. Segundo a Lei Federal nº 4.320/1964, o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição, refere-se
- (A) à liquidação da despesa.
 - (B) ao empenho da despesa.
 - (C) ao pagamento da despesa.
 - (D) à autorização para realizar licitação.
 - (E) à liquidação da receita.

Noções de Auditoria Governamental

44. Dentre os instrumentos de transparência da gestão fiscal, segundo a Lei Complementar nº 101/2000, NÃO se
- (A) incluem as prestações de contas e o respectivo parecer prévio.
 - (B) inclui o Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
 - (C) inclui o Relatório de Gestão Fiscal.
 - (D) incluem os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias.
 - (E) inclui o demonstrativo dos registros contábeis no subsistema de informação financeira das receitas e despesas arrecadadas.
-
45. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, o controle da execução orçamentária, pelo Poder Legislativo, tem por objetivo
- (A) verificar a execução orçamentária das entidades da Administração direta e indireta, quanto à legalidade, moralidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.
 - (B) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, às entidades de direito público e privado.
 - (C) verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da lei de orçamento.
 - (D) fiscalizar a execução orçamentária da Administração direta e indireta e o atingimento das metas estabelecidas na lei orçamentária anual.
 - (E) verificar a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa e o atingimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual.
-
46. De acordo com as Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União – NAT, o instrumento formal e técnico por intermédio do qual a equipe de auditoria comunica aos leitores, entre outros, o objetivo, as questões e os achados de auditoria, as conclusões e as propostas de encaminhamento, é denominado
- (A) relatório de auditoria.
 - (B) papéis de trabalho.
 - (C) parecer de auditoria.
 - (D) relatório de avaliação de gestão.
 - (E) certificado de auditoria.
-
47. A Companhia Municipal de Transporte Coletivo da Zona Sul contratou a firma de auditoria Luan & Luan auditores para auditar as demonstrações contábeis do exercício de 2014. De acordo com a NBC TA 200, o objetivo da auditoria das demonstrações contábeis é
- (A) avaliar o grau de segurança na prevenção e detecção de fraudes e erros na entidade.
 - (B) aumentar o grau de credibilidade da entidade no mercado financeiro.
 - (C) avaliar os controles internos para obter segurança de que não há irregularidades nas demonstrações contábeis.
 - (D) aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários.
 - (E) verificar a adequação dos lançamentos contábeis e outros ajustes efetuados na elaboração das demonstrações contábeis.



48. Nos trabalhos de auditoria realizados em determinada empresa de economia mista, o auditor obteve evidência de auditoria apropriada e suficiente e concluiu que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis. Nestas condições, de acordo com as normas de auditoria – NBC TA 705, deve o auditor
- (A) expressar uma opinião sem ressalva.
 - (B) expressar uma opinião com ressalva.
 - (C) concluir pela irregularidade.
 - (D) abster-se de expressar uma opinião.
 - (E) concluir pela regularidade com ressalvas.

Noções de Contabilidade Tributária

49. As custas processuais devidas ao Poder Judiciário quando do processamento de ações e recursos judiciais têm natureza jurídica de
- (A) tarifa.
 - (B) taxa pela prestação efetiva de serviço público específico e divisível efetivamente prestado ao contribuinte.
 - (C) taxa pela prestação efetiva ou compulsória de serviço público indivisível colocado à disposição do contribuinte.
 - (D) taxa pelo exercício regular do poder de polícia.
 - (E) contribuição especial de interesse de categoria profissional ou econômica.
50. Sobre os orçamentos, é correto afirmar:
- (A) O projeto de Lei Orçamentária Anual para o orçamento do Poder Judiciário é elaborado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e encaminhado diretamente ao Congresso Nacional para discussão e votação.
 - (B) A Lei de Diretrizes Orçamentárias não se aplica ao orçamento do Poder Judiciário, pois existe independência entre os Poderes e independência orçamentária e financeira.
 - (C) É permitido consignar na lei orçamentária crédito ilimitado, desde que alocado dentro de créditos suplementares para suportar dotações decorrentes de créditos adicionais.
 - (D) No âmbito do orçamento do Poder Judiciário é vedada a abertura de crédito adicional.
 - (E) Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinados aos órgãos do Poder Judiciário serão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da Lei Complementar.

51. Devem fazer retenção na fonte os órgãos da Administração pública federal direta, nos casos e hipóteses previstas na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012, relativamente aos seguintes tributos possíveis, conforme os fatos geradores:
- (A) IR, CSLL, Cofins, PIS/Pasep.
 - (B) IR, ICMS, ISS, Cofins.
 - (C) CIDE, CSLL, Cofins, PIS/Pasep.
 - (D) CIDE, Cofins, CSLL.
 - (E) IR, ICMS, PIS/Cofins, CIDE.

52. Determinado Tribunal contrata, atendendo ao disposto na legislação em vigor, serviço de acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia civil em prédios de sua propriedade, que estavam necessitando de reformas. Neste caso,
- (A) não há incidência de nenhum tributo sobre esta operação.
 - (B) haverá incidência de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS sobre a prestação de serviços, devido pelo prestador de serviços, sem responsabilidade do tomador, que seria o Tribunal.
 - (C) haverá incidência de Imposto sobre Serviços-ISS, determinando a lei que o tomador, ou seja, o Tribunal, é responsável tributário, devendo efetuar a retenção do imposto na fonte e fazer o pertinente recolhimento integral do imposto devido.
 - (D) haverá incidência de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS sobre a prestação de serviços, determinando a lei que o tomador, ou seja, o Tribunal, é responsável tributário, devendo efetuar a retenção do imposto na fonte e fazer o pertinente recolhimento integral do imposto devido.
 - (E) haverá incidência de Imposto sobre Serviços-ISS sobre a prestação de serviços, devido pelo prestador de serviços, sem responsabilidade do tomador, que seria o Tribunal.

53. Sobre execução do orçamento, é correto afirmar:
- (A) Não se admite a realização de empenho de despesa cujo montante não se possa determinar.
 - (B) Não se admite empenho global de despesas contratuais, ainda que sujeitas a parcelamento.
 - (C) A nota de empenho é indispensável no processamento da despesa.
 - (D) A liquidação da despesa por fornecimentos feitos terá por base, dentre outros, os comprovantes da entrega do material.
 - (E) A ordem de pagamento deflagra o procedimento para pagamento da despesa, com o empenho e a liquidação.

Noções de Administração Orçamentária e Financeira

54. A ausência na lei orçamentária de determinado ente da federação de todas as receitas e despesas de uma fundação instituída e mantida pelo referido ente, NÃO atende ao princípio orçamentário
- (A) da exclusividade.
 - (B) da competência administrativa.
 - (C) do orçamento bruto.
 - (D) da discriminação.
 - (E) da universalidade.



55. A Administração pública deve nortear sua conduta baseada em certos princípios. Assim, entre os princípios expressamente informados na Constituição Federal, NÃO se incluem os princípios da
- (A) moralidade e eficiência.
 - (B) legalidade e publicidade.
 - (C) entidade e indisponibilidade.
 - (D) impessoalidade e publicidade.
 - (E) legalidade e moralidade.
-
56. O projeto de Lei Orçamentária Anual, o qual deve ser elaborado de forma compatível com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com as normas da Lei Complementar nº 101/2000, entre outros, conterà
- (A) avaliação da situação financeira e atuarial.
 - (B) avaliação dos riscos fiscais.
 - (C) exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
 - (D) reserva de contingência.
 - (E) critérios e forma para redução do déficit orçamentário.
-
57. Com relação aos orçamentos anuais, segundo a Constituição Federal, é correto afirmar:
- (A) É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
 - (B) A Lei Orçamentária Anual compreenderá as metas e prioridades da Administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
 - (C) É vedada a realização de despesa de capital sem prévia realização de audiência pública e concorrência.
 - (D) O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da gestão fiscal.
 - (E) É vedado o início de programas ou projetos sem prévia inclusão no Plano Plurianual e sem recursos financeiros suficientes para pagamento total das despesas a serem realizadas.
-
58. Determinado órgão público empenhou despesa com serviços de manutenção de elevadores, para o período de março a novembro de 2014, no valor de R\$ 90.000,00. Por lapso do contador, a despesa referente ao mês dezembro de 2014 não foi empenhada. Nestas condições, no exercício de 2015, tal despesa deve ser empenhada no seguinte elemento de despesa:
- (A) indenizações.
 - (B) restos a pagar.
 - (C) despesas de exercícios anteriores.
 - (D) despesas não liquidadas a pagar.
 - (E) serviços de terceiros – pessoa jurídica.
-
59. Pretende o Poder Executivo abrir um crédito adicional na dotação orçamentária destinada à aquisição de medicamentos para os hospitais públicos. Nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, consideram-se, entre outros, recursos disponíveis para fins de abertura de créditos suplementares e especiais:
- I. o produto de operações de crédito por antecipação da receita orçamentária.
 - II. superávit orçamentário apurado no exercício.
 - III. os provenientes de excesso de arrecadação.
 - IV. a reserva legal.
 - V. o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) II, III e V.
 - (C) III e V.
 - (D) I e IV.
 - (E) I, IV e V.
-
60. Determinado gestor público pretende adquirir livros didáticos, mediante licitação na modalidade de Convite, para distribuição nas escolas públicas. De acordo com os limites estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/1993, o valor da despesa a ser realizada será no máximo de, em reais,
- (A) 150.000,00
 - (B) 8.000,00
 - (C) 15.000,00
 - (D) 80.000,00
 - (E) 60.000,00



ESTUDO DE CASO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo IX:

“3.1. Na Prova de Estudo de Caso deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 12 (doze) linhas e o máximo de 20 (vinte) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à prova.

- 5. A Prova de Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório. Cada uma das questões será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido, no conjunto das duas questões, **média igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.**
- 7. Será atribuída nota ZERO à Prova de Estudo de Caso nos seguintes casos: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou às questões práticas propostas; b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) for escrita a lápis, em parte ou na sua totalidade; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.”

QUESTÃO 1

Em 30/03/2015, a Prefeitura de Brasis abriu processo de licitação na modalidade Concorrência para a construção de uma Unidade Básica de Saúde. Na qualificação econômico-financeira da fase de habilitação, com base nas demonstrações contábeis de encerramento do último exercício social, são exigidos os seguintes requisitos das empresas participantes:

- Patrimônio Líquido – PL em valor igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).
- Índice de Liquidez Corrente igual ou superior a 1,5.

A empresa Ágata S.A pretende participar do processo de licitação e extraiu do seu sistema de informação contábil as contas, a seguir, com os seus respectivos saldos em 31/12/2014 e informações adicionais:

Contas	Saldos em Reais	Informações Adicionais
Ações em Tesouraria	2.000,00	
Amortização Acumulada	3.000,00	
Aplicações Financeiras	145.000,00	O resgate ocorrerá em 30/11/2015.
Caixa e Equivalentes a Caixa	35.000,00	
Capital Social	400.000,00	
Clientes	260.000,00	Recebíveis dentro do ciclo operacional da empresa.
Contas a Pagar	70.000,00	O pagamento deve ocorrer no curto prazo.
Depreciação Acumulada	20.000,00	
Empréstimos Bancários	45.000,00	O pagamento do principal + juros ocorrerá em 30/11/2017.
Estoques	40.000,00	A serem utilizados dentro do ciclo operacional da empresa.
Fornecedores	180.000,00	O pagamento deve ocorrer no curto prazo.
Máquinas e Equipamentos	328.000,00	A empresa não tem intenção de vendê-los e são utilizados em suas operações.
Marcas e Patentes	35.000,00	A empresa não tem intenção de vendê-las e são utilizadas em suas operações.
Participações em Outras Empresas	50.000,00	A empresa não tem intenção de vendê-las.
Provisões Trabalhistas	125.000,00	Pela estimativa da empresa, serão pagas em 2016.
Reservas de Capital	30.000,00	
Reservas de Lucros	72.000,00	
Terrenos	100.000,00	A empresa não tem intenção de vendê-los e são utilizados em suas operações.
Tributos a Recolher	50.000,00	O recolhimento deve ocorrer no curto prazo.

- a. Com base nestas informações, determine o valor do Patrimônio Líquido e do Índice de Liquidez Corrente da empresa Ágata S.A em 31/12/2014. Apresente os cálculos que justificam a sua resposta.
- b. Pela qualificação econômico-financeira, a empresa pode ser considerada habilitada? Justifique a sua resposta.

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	



6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

**QUESTÃO 2**

O Tribunal Regional do Trabalho – TRT da 3ª Região é órgão da Administração Pública Federal e seus atos estão sujeitos tanto ao exame pelo Controle Interno como à fiscalização pelo Tribunal de Contas da União que, para tanto, utiliza técnicas de Auditoria Governamental nos termos de suas instruções normativas e das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Dentro desse contexto, um Técnico Judiciário – Área de Apoio Especializado – Especialidade Contabilidade, pertencente ao Controle Interno do TRT-3ª Região, foi incumbido de analisar a legalidade e o percentual dos gastos com pessoal do Poder Judiciário Federal, que ocorreram da seguinte forma:

- a. Os valores com horas extras e terceirização de mão de obra com substituição de servidores foram considerados para o cálculo dos gastos com pessoal. Já despesas com indenização por demissão de servidores e terceirização de mão de obra sem substituição de servidores não foram computadas para esse cálculo.
- b. Os valores referentes ao 3º quadrimestre de 2014 foram os seguintes:
 - Receita Corrente Líquida da União, tendo como referência o mês de dezembro de 2014 mais a dos onze meses imediatamente anteriores: R\$ 1.000.000,00.
 - Total de gastos com pessoal do Poder Judiciário Federal, tendo como referência o mês de dezembro de 2014 mais a dos onze meses imediatamente anteriores: R\$ 120.000,00.

Considerando a descrição dos itens “a” e “b”, responda justificadamente se os fatos ocorridos respeitaram a legislação em vigor, inclusive no que diz respeito às suas consequências.

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	